

Medicina da Conservação em Ecossistemas Terrestres e Aquáticos Situação actual e perspectivas em Portugal

Pedro Melo & Nuno Marques Pereira

A Medicina da Conservação é uma área de estudo emergente, multidisciplinar, que estuda as relações entre a Saúde Humana, Animal e a dos Ecossistemas. Segundo Tabor, 2002, Medicina da Conservação é uma ciência interdisciplinar que estuda as múltiplas interações entre agentes patogénicos e doenças, por um lado, e entre espécies e ecossistemas, por outro, com o objectivo de atingir a saúde ecológica.

Há mais de setenta anos que foi reconhecido o papel das doenças na conservação da vida selvagem. Um conjunto de problemas, como a transmissão de enfermidades entre espécies domésticas e silvestres, emergências de zoonoses e episódios de mortalidade massiva de animais bravios, contribuíram para a consciencialização da importância crescente das doenças. O comportamento e a ecologia das espécies bravias podem sofrer sérias alterações afectando a sua biodiversidade e a saúde ambiental.

Frequentemente o papel do médico veterinário em projectos de conservação restringe-se à contenção e à intervenção clínica em casos pontuais. Todavia a integração das ciências veterinárias inerente ao conceito da Medicina da Conservação permite alargar este papel às seguintes áreas: monitorização (redes de epidemiologia) e controlo da saúde animal (optimização e adequação dos métodos de diagnóstico e terapêuticos à espécie alvo); intervenção no controlo de doenças zoonóticas; formação técnica e educação ambiental; participação na elaboração e gestão de bases de dados biológicos (banco de tecidos) e contribuição para a elaboração de políticas ambientais.

Identificou-se uma lacuna na formação universitária no que respeita a esta área. Assim será necessário incentivar o ensino das matérias respeitantes à intervenção veterinária nos animais bravios sob o prisma do paradigma da Medicina da Conservação.

Os médicos veterinários também deverão sensibilizar as outras classes profissionais intervenientes neste campo (biólogos, médicos, economistas, sociólogos, antropólogos, políticos e outros) para uma colaboração estreita e uma maior inter-relação dos seus conhecimentos técnicos.

Em Portugal há várias áreas de intervenção onde a abordagem interdisciplinar da Medicina da Conservação deverá ser reforçada e alargada. Nestas áreas incluem-se, entre outras: doenças víricas como por exemplo a gripe aviária e as arboviroses; bacterioses como a leptospirose, ehrlichioses, rickettsioses, bartoneloses, borreliose, tularémia, micobacterioses; doenças parasitárias, tomando como exemplo a triquinose, a leishmaniose, a malária aviária; e por fim a ecotoxicologia. Para além dos exemplos atrás referidos, de áreas de actuação em ecossistemas terrestres, é importante realçar as hipóteses de intervenção nos ecossistemas aquáticos, predominantemente marinhos. Para isso, visto esta área estar comparativamente menos desenvolvida é útil fazer uma curta revisão do panorama mundial, compará-lo com a realidade nacional, podendo desta daí surgirem outras possibilidades de intervenção nestes ecossistemas. Em Portugal podemos assinalar quatro áreas de intervenção: mamíferos, répteis e aves marinhas, peixes e invertebrados.

Nos mamíferos marinhos arrojados e aves marinhas assinalamos a necessidade de uma abordagem sistemática em relação ao rastreio dos agentes patogénicos e toxicológicos destes animais. Nos peixes ainda não existe nenhum sistema de rastreio de doenças, quer regional quer nacional. Nos invertebrados já existe um programa de monitorização de biotoxinas, da qualidade microbiológica e doseamento de metais pesados.

Sem a presença destes programas de vigilância não será possível identificar as doenças endémicas e possíveis doenças emergentes, e a sua relação com saúde do ecossistema.

Neste âmbito assinalamos alguns campos adicionais de possível intervenção: o estudo de contaminação subletal/crónica por biotoxinas na fauna aquática; identificação de bioindicadores de poluição marinha, como a incidência de surtos de proliferações de microalgas nocivas e a poluição viral em moluscos.